

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**RELATÓRIO**

**REUNIÃO DE TRABALHO:**  
**UTILIZAÇÃO PEDAGÓGICA INTENSIVA DAS TIC NAS ESCOLAS**

SÃO PAULO – SP / EPUSP-LSI, 14 A 15 DE DEZEMBRO DE 2005

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - SEED

## **RELATÓRIO**

REUNIÃO DE TRABALHO:  
UTILIZAÇÃO PEDAGÓGICA INTENSIVA DAS TIC NAS ESCOLAS

Apoio: Laboratório de Sistemas Integráveis - LSI  
Escola Politécnica – EP  
Universidade de São Paulo – USP

**SÃO PAULO – SP / EPUSP-LSI, 14 A 15 DE DEZEMBRO DE 2005**

MINISTRO DA EDUCAÇÃO  
**Fernando Haddad**

SECRETÁRIO EXECUTIVO  
**Jairo Jorge**

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
**Ronaldo Mota**

REUNIÃO DE TRABALHO  
UTILIZAÇÃO PEDAGÓGICA INTENSIVA DAS TIC NAS ESCOLAS

Coordenação  
**Irene Karaguilla Ficheman** – LSI/EPUSP  
**José Eduardo Bueno de Oliveira** – SEED/MEC  
**Pedro Ferreira de Andrade** – SEED/MEC  
**Roseli de Deus Lopes** – LSI / EPUSP

Sistematização do relatório consolidado e final  
**Fernando José de Almeida** – PUC-SP  
**Irene Karaguilla Ficheman** – LSI/EPUSP  
**Pedro Ferreira de Andrade** – SEED/MEC  
**Roseli de Deus Lopes** – LSI / EPUSP

**APOIO**  
**Laboratório de Sistemas Integráveis / Escola Politécnica USP**– NATE /LSI / EPUSP

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. OBJETIVOS DO DOCUMENTO
3. REUNIÃO DE TRABALHO
  - 3.1. INTRODUÇÃO
  - 3.2. OBJETIVOS
  - 3.3. PROGRAMAÇÃO
    - 3.3.1. LOCAL DE REALIZAÇÃO
    - 3.3.2. PERÍODO
    - 3.3.3. AGENDA - ATIVIDADES
  - 3.4. EXECUÇÃO – METODOLOGIA E ATIVIDADES
4. RELATÓRIO FINAL
5. PARTICIPANTES DA REUNIÃO DE TRABALHO

## **1. APRESENTAÇÃO**

Este documento consolida os esforços, análises e opiniões de um conjunto de especialistas brasileiros, gestores de TIC nos sistemas públicos de ensino e técnicos representantes de órgãos governamentais, cujas experiências e colaborações tornaram possível a realização da Reunião de Trabalho.

A Reunião foi organizada pelo Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação a Distância, participante do Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado por representante da Presidência da República, criado para analisar a proposta do Media Lab (MIT), que visa possibilitar o acesso de um computador por aluno (OLPC).

Apontada por este Grupo a necessidade de transposição da proposta em acordo com a realidade nacional, realizou-se a consulta à comunidade acadêmico-científica e educacional sobre os requisitos pedagógicos e funcionais para elaboração de um programa nacional.

A Reunião foi implementada com o apoio do Laboratório de Sistemas Integráveis da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, resultando no relatório circunstanciado contido neste documento.

## **2. OBJETIVOS DO DOCUMENTO**

- Apresentar o Relatório aos dirigentes para subsidiar as suas decisões relacionadas ao uso pedagógico intensivo das TIC nas escolas públicas.
- Disseminar as recomendações da Reunião de Trabalho voltadas a colaborar no delineamento de um futuro programa de utilização pedagógica intensiva das TIC nas escolas públicas.
- Registrar e divulgar as preocupações e sugestões dos diversos especialistas
- Fomentar o debate e novas proposições de subsídios a um futuro programa de utilização pedagógica intensiva das TIC nas escolas públicas.

### 3. REUNIÃO DE TRABALHO

#### 3.1. INTRODUÇÃO

A proposta do Media Lab, do MIT, de desenvolver um *laptop* de baixo custo, motivou o Governo brasileiro no sentido de desenvolver esforços para acelerar a marcha rumo à sociedade da informação, integrando mais indivíduos ainda não alcançados no novo paradigma e expandir as oportunidades do sistema educacional brasileiro de oferecer educação básica de qualidade para todos.

A idéia do MIT é conseguir produzir um *laptop* ao custo de US\$ 100. Os *laptops*, em conformidade com o proposto pelo MIT, deverão ser completos, baseados numa interface gráfica e aplicativos de uso geral e educacional em software livre, com conexão sem fio à Internet.

Ao encarar a idéia do Media Lab (MIT) como uma possível solução tecnológica, interessa ao Governo participar da especificação, do desenvolvimento e produção da referida tecnologia com a comunidade acadêmico-científica e educacional brasileira, fomentando o processo de discussão e definindo os requisitos pedagógicos e funcionais do projeto utilização pedagógica intensiva nas escolas públicas e a inclusão digital das comunidades no seu entorno.

Desse modo intensivo, pensa na planificação em larga escala, em longo prazo, e na implementação, em curto prazo, de um projeto piloto de utilização pedagógica intensiva das TIC na educação.

O projeto piloto, inicialmente, foi previsto para ser executado em doze meses, equipando, a partir de julho de 2006, um milhão de alunos e professores brasileiros. O MEC considera os professores também beneficiários preferenciais do projeto.

A faixa de ensino beneficiária inicial do projeto piloto ainda não foi definida. Cabe à comunidade acadêmico-científica e educacional brasileira fazer uma indicação de como pedagogicamente melhor se aplicaria à faixa de ensino a esse tipo de proposta e solução tecnológica. O “piloto”, ou seja, as localidades do piloto também não foram definidas.

O objetivo de longo prazo do projeto é atender as metas do Plano Nacional de Educação - PNE.

Para implementação das propostas há necessidade de apoio de qualidade e adesão das instituições educacionais havendo necessidade de análise das questões pedagógicas envolvidas tais como abordagens, metodologias, conteúdos e usabilidade em relação às especificações tecnológicas.

Variadas questões se interpõem quando a tecnologia passa a fazer parte das estratégias do processo de ensino-aprendizagem, ainda mais que haverá nessa iniciativa uma oportunidade única, extraordinária e pioneira de dotar novas TIC em escolas, professores e alunos, e que estes protagonistas possam circular com esses instrumentos livremente, a exemplo dos manuais e materiais didáticos, tais como livros e cadernos.

O fato é que a proposta de um *laptop* por aluno muda muita coisa em relação às estratégias (bem como os problemas e as qualidades) do uso da tecnologia do computador na educação, quando comparado ao que já é conhecido por parte da comunidade educacional brasileira, com a configuração baseada no *desktop* e num ambiente denominado laboratório.

Impactos e efeitos diversos e mudanças formidáveis se processarão, com certeza, no sistema educacional e na sociedade brasileira. Alunos e professores brasileiros de diferentes estratos sociais, regiões e localidades, etnias, gêneros e habilidades cognitivas terão acesso a recursos de informática nunca antes propiciados. Formarão uma rede interativa e colaborativa abrindo-se um fluxo de idéias e conhecimentos nunca antes partilhados ao ensino e a aprendizagem, à criatividade e à cultura.

O que os alunos farão com os computadores quando não estiverem desenvolvendo atividades didáticas definidas? Que critérios as escolas, os professores utilizarão para julgar onde, quando e sob que condições os alunos deverão utilizar esses *laptops*? Que regras regerão a utilização desses equipamentos? Questões de capacitação dos gestores, professores como se viabilizarão? São muitas, mas muitas mesmo, as questões de cunho pedagógico, relativas à planificação e implementação que permeiam e medeiam o projeto.

Por isso, será necessário discutir estas e muitas outras questões com gestores educacionais da tecnologia na educação, nas unidades da federação e especialistas dispostos em compartilhar suas experiências com as tecnologias de informação e comunicação na educação, e proporcionar as suas percepções a respeito deste projeto, de modo assim contribuir com pressupostos pedagógicos e funcionais e recomendações imprescindíveis de constarem na proposta do projeto Um Computador por Aluno.

Naturalmente, todas as respostas as questões pedagógicas envolvidas no projeto não serão esgotadas nesta Reunião de Trabalho, que o Ministério da Educação promove por iniciativa da Secretaria de Educação a Distância, de acordo com as atribuições do **GT Um computador por aluno**. Deseja-se obter nessa Reunião um documento de requisitos pedagógicos e funcionais para implementação do projeto **Um Computador por Aluno**, de modo que subsidie as decisões governamentais, e seguramente envolva a comunidade acadêmico-científica num importante movimento de definição de diretrizes educacionais para o uso da inovação tecnológica.

A reunião de trabalho deverá ser realizada em dois dias consecutivos e deverá contar com a participação de pesquisadores, professores especialistas, técnicos e representantes do Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo nos Estados e Municípios.



### 3.2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

- Convidar a comunidade acadêmico-científica para participar do processo de discussão e elaboração do projeto **Um computador por aluno**, envolvendo representantes das coordenações estaduais e municipais do ProInfo.
- Discutir e apontar os pressupostos a respeito de abordagens pedagógicas, metodologias, conteúdos e usabilidade necessárias à implementação do projeto **Um computador por aluno**.
- Gerar recomendações que subsidiem a elaboração de um documento de **Requisitos Pedagógicos** para o projeto **Um computador por aluno**.

### 3.3. PROGRAMAÇÃO

#### 3.3.1. LOCAL DE REALIZAÇÃO

Universidade de São Paulo - Escola Politécnica – Laboratório de Sistemas Integráveis  
São Paulo – SP

#### 3.3.2. PERÍODO

14 e 15 de dezembro de 2005

#### 3.3.2. AGENDA - ATIVIDADES

##### 14/12 - Quarta-feira)

14:00 – **Abertura**

. Dr. Cezar Alvarez

14:10 – **Apresentação do projeto Um computador por aluno**

. Prof. José Eduardo Bueno de Oliveira

. Dr<sup>a</sup> Roseli de Deus Lopes

13:30 – **Questionamentos e esclarecimentos adicionais**

14:55 – **Metodologia de trabalho** (Grupos de trabalhos divisão por temas)

. Prof. Pedro Ferreira de Andrade

15:00 – **Início dos trabalhos dos Grupos**

16:40 – Intervalo

16:55 – **Retomada das discussões nos grupos**

19:00 – **Encerramento das atividades**

##### 15/12 - Quinta-feira)

09:00 – **Reinício das discussões e elaboração dos relatórios parciais**

10:45 – Intervalo

11:00 – **Apresentação dos relatórios parciais**

12:00 – **Sistematização e consolidação do relatório geral preliminar**

12:30 – Almoço

14:00 – **Apresentação do relatório geral preliminar**

14:10 – **Sessão plenária** (inclusão de sugestões e emendas)

15:30 – **Consolidação do documento**

16:00 – **Encerramento das atividades**

### **3.4. EXECUÇÃO – METODOLOGIA E ATIVIDADES**

A Reunião de Trabalho foi planejada para ser desenvolvida em torno de grupos temáticos constituída por reuniões dos grupos inicialmente focados nos temas abordagens pedagógicas, metodologias, conteúdos e usabilidade e da sessão plenária de discussão do relatório geral.

Iniciada com uma abertura oficial, seguida da apresentação do projeto Um computador por aluno e de um espaço na agenda destinado a questionamentos e dúvidas gerais, os participantes foram informados dos objetivos da Reunião e de sua metodologia.

De forma autônoma, os grupos em número de quatro constituíram-se e dedicaram-se às discussões, elaborando os relatórios parciais que foram entregues ao grupo de sistematização para elaboração do relatório geral preliminar.

A partir da proposta para elaboração do relatório geral da Reunião constituído dos seguintes tópicos:

#### **1) Requisitos**

- a. Gerais do projeto
- b. Pedagógicos
- c. Funcionais
- d. Operacionais

#### **2) Papéis**

- a. Do MEC
- b. Das Universidades
- c. Dos Estados e Municípios
- d. Dos NTE
- e. Das Escolas

O relatório foi elaborado a partir dos relatórios de cada um dos quatro grupos de trabalho e finalizado consensualmente em plenária com a presença de todos participantes.

A seguir, o Relatório Final da Reunião de Trabalho.

## 4. RELATÓRIO FINAL

Este documento tem como perspectiva apontar diretrizes e preocupações que facilitem dirigentes em processos de decisão relacionados ao uso intensivo das TIC na Educação.

A elaboração deste texto foi feita nos dias 14 e 15 de dezembro de 2005, por um conjunto de especialistas de setores representativos da Educação ligada ao uso das TIC convidados pela SEED/MEC, contando para tanto com o apoio do Laboratório de Sistemas Integráveis da Escola Politécnica da USP.

### **Tecnologias da Informação e Comunicação - tic**

Para efeito deste documento, as TIC designam o conjunto dos recursos tecnológicos, tanto analógicos quanto digitais que garantem o acesso da comunidade educativa à era da informação. Na perspectiva adotada pelo documento, as TIC possibilitam a integração das diversas mídias, facilitando a produção do conhecimento bem como expressão das diversas modalidades de cultura, sempre que usadas de forma integrada.

### **Considerações sobre contexto**

O êxito do projeto supõe a integração da União, Estados, Municípios e da sociedade civil organizada num processo de co-responsabilidade para o planejamento, desenvolvimento, implantação, manutenção e avaliação contínua do projeto.

O contexto no qual será planejado considera a escola real que o Brasil tem com todas suas características e limitações.

Todas as atividades desenvolvidas pelo projeto estarão ligadas a amplas finalidades educativas procurando responder à pergunta: “**Para que o computador nesta escola?**”, sem que isto se torne um espetáculo para a mídia, nem o colocar a escola como um mero ponto de venda de computadores, evitando inclusive os possíveis fetichismos de produtos.

Para que estes projetos sejam eficazes, duradouros e garantam a qualidade educacional, pesquisas científicas sobre seus impactos e seus fundamentos são condições imprescindíveis.

O projeto geral representará políticas públicas de longo prazo com resultados, exigindo, portanto, a formação da escola como um todo envolvendo professores e gestores desde o processo inicial até continuado.

A âncora deste projeto é a concepção de que a escola é o *locus* fundamental de sua implantação.

A escola da qual trata este documento é entendida como um espaço de aprendizagem e de cultura para alunos (pais e família), professores, gestores (diretor, supervisores, técnicos, orientadores e demais agentes educacionais), funcionários, comunidade e às oportunidades educacionais e sociais.

O projeto, em nível local, é definido a partir do Projeto Político-Pedagógico da escola e da rede de ensino a qual estiver vinculada, e prevê uma implantação gradual que permita a apropriação progressiva das TIC, para a inclusão digital e social.

Este projeto não se restringe apenas à dimensão de recepção de informações, mas também propiciará as condições para a produção de conhecimento e de expressão comunicativa pelos membros da comunidade educativa, garantindo a proposição e a intervenção cidadã – Escola atora, Alunos atores, protagonistas e não só de espectadores.

Para a operacionalização de tais princípios no interior do projeto, prevê-se :

- 1) Reestudo avaliativo do histórico dos projetos da informática na educação escolar;
- 2) Recuperação histórica das ações realizadas como subsídio para aperfeiçoamento;
- 3) Definição de um paradigma na concepção de rede e integração de mídias com intensificação das TIC na educação escolar;
- 4) Traçado de uma política educacional integrada (favorecendo ações interministeriais sob coordenação do MEC, integrando Estados e Municípios) para a inserção intensiva das TIC;

Para a viabilização pedagógica do projeto prevê-se:

- 1) Articulação destes projetos com as diretrizes da política nacional de educação (PCN, financiamento da educação, fundos como FUNDEB etc.)
- 2) Plano nacional de Formação Inicial e Continuada de Professores e Agentes Educacionais (articular construção coletiva de conhecimento, Criação de compromissos e níveis de responsabilidades);
- 3) Plano de acompanhamento e avaliação sistemático para aperfeiçoamento permanente do projeto;
- 4) Criação de portais, repositórios, ferramentas, para a socialização das experiências com TIC na educação escolar;
- 5) Estudo para reorganização da estrutura escolar (repensar a grade distributiva semanal e aulas isoladas; existência de projetos interdisciplinares e multidisciplinares; otimização dos tempos e espaços de aprendizagem diante do computador etc)

Para a viabilização funcional do projeto prevê-se:

- 1) Criação de grupo permanente de trabalho multidisciplinar interministerial sob a coordenação do MEC, integrando Estados e Municípios.
- 2) Desenvolvimento de dinâmica flexível, colaborativa e permanente sob perspectiva de rede orgânica para os agentes educacionais.

## **Papéis**

### **a) Do MEC**

O Plano Nacional de Educação – PNE deve apresentar, em sua revisão de 2006 de desenvolvimento do sistema educacional brasileiro, um projeto de Nação em relação à utilização das TIC na educação, não ficando restrito à temporalidade de um plano de governo.

Estimular e apoiar pesquisas referentes ao uso da tecnologia de hardware e software como condição para a implantação de projetos desta natureza envolvendo a escola e que visem à qualidade social da aprendizagem, garantindo a circulação da pesquisa, da produção e dos seus resultados.

Necessidade de fomentar o desenvolvimento de soluções em hardware e, especialmente, em software nacionais.

Neste sentido, se propõe que seja realizada uma ampla consulta aos diferentes atores envolvidos (escolas, professores, gestores, universidades) através de ações, como por exemplo, seminários regionais preparatórios para um seminário nacional que forneça recomendações para um projeto desta amplitude.

Desenvolver condições para o trabalho de:

- 1) Produção de meios de acesso ao conhecimento produzido na escola pelos outros membros da sociedade (disseminação);
- 2) Articulação das demandas de conectividade com os outros ministérios, esferas públicas estaduais e municipais e com a sociedade;
- 3) Articulação com outras esferas administrativas e a sociedade civil a valorização do professor como uma política de Estado. A atividade de utilização da tecnologia leva a uma valorização do professor;
- 1) Incentivar e implementar recursos através de uma linha especial de financiamento para a pesquisa e avaliação do projeto.

#### **b. Das Universidades**

A Universidade, atenta à importância deste momento político-educacional do Brasil, coopera com suas ações no projeto seja na formação de quadros (licenciatura, pedagogia, extensão), seja no campo de pesquisas e de produção de conhecimento nesta área. É um momento especial epistemológico para abrir-se a temáticas e práticas multidisciplinares.

A Universidade garanta a divulgação e fluxo de seus produtos no interior na escola, a articulação e a aproximação com a escola pública.

Pesquisas partindo da mobilidade destes equipamentos para presença e mobilidade dinâmica também da Universidade no tecido das escolas públicas, nas redes escolares.

Prevê-se também o envolvimento da universidade com os sistemas de ensino e escolas na formação e apoio técnico. A Universidade pode adotar as escolas, projeto da universidade com a escola.

Produção de pesquisa e acompanhamento e avaliação do projeto.

Inserção nas diretrizes curriculares (Conselho Nacional de Educação - CNE) disciplinas específicas sobre mídias na educação, especialmente nas licenciaturas.

#### **c. Dos Estados e Municípios**

Os Estados e os Municípios, através de suas Secretarias de Educação e Fundações de Apoio à Pesquisa, ao desenvolvimento e à cultura, se co-responsabilizarão pelo projeto articulando suas competências para a implementação deste, elaborando e implementando políticas de uso.

A União, os Estados e Municípios definirão instâncias de responsabilidade, de acompanhamento e avaliação.

A política de formação continuada e a produção pedagógica dos agentes educacionais utilizando TIC deve ser reconhecida e estimulada, inclusive com valorização salarial, pelos estados e municípios.

A conectividade deverá ser resolvida sob a articulação da União, dos Estados e Municípios, a partir de soluções adequadas às suas especificidades.

#### **d. Dos NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional) e/ou outras estruturas de apoio tecnológico à educação**

O papel do NTE como figura de apoio deve ser reformulado, incorporando estudos e investigação sobre as TIC, articulando parcerias com as IES para inclusão de projetos e ações, usando as TIC, no PPP das escolas.

#### **e. Das Escolas**

Caberá à escola, enquanto organismo de conhecimento e de formação e transformação social, articular seus vários agentes na construção dos projetos políticos pedagógicos, nos quais estará ancorado o projeto de uso das TIC.

Sendo assim, as atribuições abaixo descritas, darão condições para que tal projeto seja construído de maneira democrática e participativa.

##### **I - Gestor**

- Promover o compartilhamento do conhecimento
- Capacitar-se para apoiar e gerir o uso das TIC na escola
- Exercer liderança propositiva, pró-ativa para desenvolvimento de uma nova cultura e estrutura escolar em rede.

##### **II - Professor**

- Capacitar-se e utilizar as TIC nos planos pedagógicos de forma inovadora (não como livros eletrônicos apenas)
- Produtor de conteúdos
- Disseminador de conhecimento na sociedade e em rede
- Motivador do aluno, incentivar a criatividade e trabalhos em grupo com os alunos

##### **III - Aluno**

- Produção de conteúdos
- Disseminador de tecnologia
- Trabalho cooperativo

O conjunto de indicativos acima favorecerá os seguintes procedimentos:

- Elaboração, desenvolvimento, avaliação e aperfeiçoamento do projeto político-pedagógico (PPP);
- Envolvimento do professor, gestor, alunos como protagonistas sob a perspectiva da elaboração colaborativa;

- Articulação do PPP juntamente com as Universidades;
- Articulação com NTE e universidades para a elaboração do PPP.

## **Requisitos**

### **a) Requisitos gerais do projeto**

1. Garantir conectividade
2. Priorizar os processos de implantação do projeto na Educação Básica a partir da 5ª série.
3. Priorizar o uso individual, mas não necessariamente exclusivo do aluno (um para muitos)
  - . Ancorado na escola, aberto a todos que atuam na escola e inclusive a comunidade, de forma que ele possa fazer um empréstimo e levá-lo para casa. Também é importante que ele tenha acesso a outras tecnologias (integração das mídias) como, por exemplo, máquina fotográfica digital, tv, vídeo.
4. Processo de mobilização e sensibilização da comunidade
  - . Envolver a comunidade no processo para evitar roubo. Em experiências nos telecentros mostrou-se que se a comunidade estiver envolvida não ocorre roubo de equipamento
4. Processo de adesão, vinculado ao projeto político-pedagógico da escola. Escola deve solicitar tecnologias (demanda da escola).
6. Público-alvo: Educação básica como um todo e suas modalidades.

### **b) Requisitos pedagógicos**

1. Mudança radical da organização e do currículo escolares (“janela de oportunidade”)
2. Ênfase no aspecto comunicativo das TIC
3. Inclusão de estratégias pedagógicas que trabalhem com o aspecto lúdico
4. Obrigatoriedade da alfabetização tecnológica nos cursos de formação inicial e continuada dos professores
5. Escola geradora e gestora de conhecimento. Gerir o conhecimento e organizar o conhecimento produzido.

### **c) Requisitos funcionais**

1. Uso de sistemas e programas gratuitos (preferencialmente livres e/ou de código aberto)
2. Conectividade de Banda Larga a Internet da escola
3. Recomendada conectividade sem fio dentro da escola
4. Ferramentas para produzir e compartilhar/disseminar-transmitir mídia em todos os formatos
5. Avaliação formativa permanente (aluno, escola, professor, projeto).

### **d) Requisitos operacionais**

1. Garantia de suporte técnico eficiente e eficaz (*hardware, software e help desk*) com base na escola
2. Desenvolvimento de estratégias de segurança de rede e garantia patrimonial
3. Envolvimento dos atores da escola como um todo, inclusive no processo de formação e na construção da proposta de utilização das TIC.
4. Priorizar e apoiar as soluções locais para conectividade.

**PARTICIPANTES**

<b>NOME</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Alexandra Alves	NATE/LSI/POLI/USP
Beatriz Corso Magdalena	UFRGS
Benedito Parente	SEDUC-PE
Cézar Alvarez	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Cláudio Sant´ana Alves	SED/DIDH/GETEA – SC
Elizabete dos Santos	CETEPAR/SEED-PR
Etienne Delacroix	NATE/LSI/POLI/USP
Fátima Figueiredo	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Fernando José de Almeida	PG PÓS EDUC./PUC-SP
Gilda Aparecida de Assis	NATE/LSI/POLI/USP
Guilherme Bobadilha	SEED/MEC
Irene K Ficheman	NATE/LSI/POLI/USP
Irla Bocianoski Rebelo	SESU/MEC
Ismar de Oliveira Soares	NCE/ECA/USP
Jean-Claude Frajmund	CONSULTOR
Jorge Tomioka	CENPRA
José Armando Valente	IA/UNICAMP
José Eduardo Bueno de Oliveira	MEC/SEED
José Guilherme Ribeiro	MEC/SEED
Josimar das Neves Alves	SETEC/MEC
Leonilse F. Guimarães	SECRETARIA EXECUTIVA/MEC
Luciana Rocha	NATE/LSI/POLI/USP
Luciane Sá de Andrade	SEED/MEC
Luis Cláudio Mesquita	SERPRO
Marciel Consani	NCE/ECA/USP
Marcos Aurélio Pessoa	FDE/SEE/SP
Maria Dulce Brito Rebouças Freitas	SEE MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE
Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida	PG PÓS EDUC./PUC-SP



Marilene Pedrosa Leite	SEESP/MEC
Maria Selma Barrocas Laranjeira	NTE/IAT/SEC – BA
Martha Tombesi Guedes	SEESP/MEC
Mathias Gonzalez	RADIO ESCOLA/SEED/MEC
Mauro Cavalcante Pequeno	UFC
Paulo Gileno Cysneiros	PROJETO VIRTUS – UFPE
Paulo T. Drummond	CONSULTOR TEC. EDUC.
Pedro Ferreira de Andrade	SEED/MEC
Rodrigo Mesquita	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Roseli de Deus Lopes	NATE/LSI/POLI/USP
Stela Conceição B. Piconez	FACULDADE DE EDUCAÇÃO/USP
Sérgio de Oliveira Barcelos	MCT
Silvana Barletta	SEED/MEC
Simão Pedro Pinto Marinho	PUC-MINAS
Tereza Cristina S. F. de Souza	GERÊNCIA TEC. EDUC./SEE - AP
Terezinha Mesquita Granja	SED/MS
Valkiria Venâncio	NATE/LSI/POLI/USP
Vanilton Souza Vidal	SECAD/MEC
Victor Mammanna	CENPRA
Wilany Gomes santos	SECAD/MEC

